CURUÁ ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.215.888/0001-01

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Manifestação da Administração: Os membros do Conselho de Administração da **Curuá Energia S.A.**, com sede na BR 163, s/nº, Km 877, Cachoeira da Serra, no Município de Altamira-PA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e considerando o parecer dos Auditores Independentes, aprovam os referidos documentos, autorizam a publicação das referidas demonstrações contábeis na forma da lei e propõe sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia. **Edmundo José Rodrigues Neto -** Presidente do Conselho de Administração. **Fernando Antonio Bertin -** Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Ana Paula Gil Dias** - Conselheira. **Silmar Roberto Bertin** - Conselheiro.

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Circulante		**8.610**	**5.074**	**Circulante**		**5.659**	**6.707**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	63	Fornecedores		1.476	1.345
Contas a receber	5	7.469	3.588	Obrigações trabalhistas		634	513
Adiantamentos a fornecedores		1.121	1.389	Obrigações tributárias		1.406	832
Outras contas a receber		19	34	Parcelamentos de impostos		2.143	4.017
Não circulante		**255.704**	**247.300**	**Não circulante**		**18.754**	**49.464**
Partes relacionadas	6	150.274	140.432	Parcelamentos de impostos		49	1.368
Impostos a recuperar		458	458	Partes relacionadas	6	10.523	39.914
Depósitos judiciais	7	8.881	4.222	Contingências	9	8.182	8.182
Imobilizado	8	96.091	102.188	**Patrimônio líquido**		**239.901**	**196.203**
				Capital social	10.a	9.066	9.066
				Reserva de lucros	10.b	230.835	187.137
Total do ativo		**264.314**	**252.374**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**264.314**	**252.374**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**9.066**	**1.813**	**–**	**141.568**	**–**	**152.447**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	43.756	**43.756**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	–	39.022	(39.022)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	4.734	–	(4.734)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**9.066**	**1.813**	**4.734**	**180.590**	**–**	**196.203**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	43.698	**43.698**
Constituição de reserva de lucros	–	–	43.698	–	(43.698)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**9.066**	**1.813**	**48.432**	**180.590**	**–**	**239.901**

Demonstrações do resultado	Notas	2022	2021
Receita líquida	11	66.964	65.104
Custos de operação	12	(12.678)	(13.310)
Lucro bruto		**54.286**	**51.794**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	13	(8.446)	(6.525)
Outras despesas líquidas		(290)	(89)
		(8.736)	**(6.614)**
Lucro antes do resultado financeiro líquido		**45.550**	**45.180**
Resultado financeiro líquido		469	1.070
Lucros antes do IR e da CS		**46.019**	**46.250**
IR e CS - corrente		(2.321)	(2.494)
		(2.321)	**(2.494)**
Lucro líquido do exercício		**43.698**	**43.756**
Lucro líquido por ação (Em R$)		**4,82**	**4,83**

Demonstrações do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**43.698**	**43.756**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	43.698	43.756
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	43.698	43.756
	43.698	43.756

Demonstrações dos fluxos de caixa	Notas	2022	2021
Lucro líquido do exercício		**43.698**	**43.756**
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação		6.983	6.868
Custo de alienação do ativo imobilizado		–	594
Provisões para perdas esperadas		42	30
Aumento/(diminuição) das contas do ativo e passivo		**50.723**	**51.248**
Contas a receber		(3.881)	13.382
Impostos a recuperar		–	(1)
Adiantamentos a fornecedores		226	(811)
Outras contas a receber		15	(15)
Depósitos judiciais		(4.659)	(102)
Fornecedores		131	(135)
Obrigações trabalhistas		121	27
Obrigações tributárias		574	(447)
Parcelamentos de impostos		(3.193)	(3.795)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(10.666)**	**8.103**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	8	(886)	(1.654)
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(886)**	**(1.654)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Variação em partes relacionadas		(39.233)	(57.635)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(39.233)**	**(57.635)**
(Diminuição)/Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes		**(62)**	**62**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63	1	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	63	
(Diminuição)/Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes		**(62)**	**62**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Curuá Energia S.A. foi constituída em julho de 2002, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de transmissão relativos à linha de energia elétrica e instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), à prestação de serviços públicos ou privados na área de energia elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos à concessão de seu objetivo. Além disso, a Companhia tem como objeto social também a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios. A Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Salto do Curuá, localizada na cidade de Altamira - PA, Km 877 da BR 163, Distrito de Cachoeira da Serra, s/nº, tem como atividades a transmissão e a comercialização de energia elétrica, e possui capacidade de produção de 30 MWh, sendo 4 Unidades Geradoras de 7,5 MWh cada. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). A Companhia teve sua autorização junto a ANEEL em 6 de agosto de 2002, com prazo de 30 anos, podendo ser renovado automaticamente por mais 30 anos. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de julho de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e requer que a Administração da Companhia utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão para perdas de créditos esperadas, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Ativos financeiros: a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **3.3. Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, fornecedores e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **d) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para perdas de créditos esperadas. A Provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: • **Reservatórios e barragens:** 25 anos; • **Edificações:** 60 anos; • **Máquinas e equipamentos:** de 10 a 33 anos; • **Móveis e utensílios:** 10 anos; • **Aeronaves:** 10 anos; • **Veículos:** 5 anos; • **Equipamentos de segurança:** 5 anos; • **Embarcações e flutuantes**: 10 anos. A Administração não procedeu com a revisão de vida útil de seus ativos imobilizados para o período de 31 de dezembro de 2022 por julgar estar adequada as taxas de depreciação a sua utilização dos bens. **3.6. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passadas. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos: • **Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que asseguram elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • **Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.8. Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais, incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **3.9. Receita:** A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.10. Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Aplicações financeiras	1	63
	1	**63**

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 10% a 99,25% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber:

	2022	2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.750	1.856
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	5.719	1.732
	7.469	**3.588**

A Companhia utiliza como critério de mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas, o histórico de títulos vencidos, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 31 de dezembro de 2022 não há títulos a serem provisionados.

6. Partes relacionadas:

	2022		2021	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Aegea Investimentos S.A.	–	26	–	26
Brasil Central Engenharia Ltda.	–	1.576	–	1.576
Buriti Energia S.A.	50.691	–	45.740	–
Edison Lobão Filho	1.050	–	1.050	–
Eletricidade Paraense S.A.	16.109	10	16.109	10
Fabíola Cassia de Noronha Sampaio	717	–	717	–
Fernando Antonio Bertin	3.677	–	3.677	–
Filadelfo dos Reis Dias	3.616	–	3.616	–
Iluminatti Com. Energia Elétrica Ltda.	5	–	5	–
Lerans Energia Ltda.	15.748	–	15.748	–
Luiz Carlos Gradella	12	–	12	–
Mafe Energia e Participações S.A.	28.970	8.900	24.079	38.291
Mara Daisy Dias	9.679	11	9.679	11
Gaia Energia e Participação	20.000	–	20.000	–
	150.274	**10.523**	**140.432**	**39.914**

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Companhia, seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1). As operações junto as partes relacionadas não foram formalizadas mediante contrato de mútuo. A Companhia firmou instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças no valor histórico de R$ 119.372, sendo fixado que o montante atualizado até a data da assinatura do contrato é de R$ 197.712, referente a mútuo junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º de agosto de 2012, a ser pago em 180 meses. Sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerá tão somente por meio de 86% da sobra do fluxo de caixa, se existe, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Companhia. Na mesma data, foi firmado instrumento particular de assunção de dívida com a anuência da Companhia onde a Heber Participações S.A. transfere o montante do crédito para Mafe Energia e Participações S.A., controladora da Curuá Energia S.A., sendo mantido as condições do instrumento de confissão de dívida firmado junto a Heber Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2022 o montante em aberto referente a esta operação é de R$ 8.900. Com a assunção da dívida da Curuá Energia S.A. com a Heber Participações S.A., pela sua controladora Mafe Energia e Participações S.A., foi firmado instrumento particular de garantia, onde a Curuá tornou-se garantidora de todas as obrigações assumidos pela sua controladora no instrumento particular de assunção de dívida. **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Em dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R$ 2.516 (em 2021, R$ 2.228). Não foram pagos valores à pessoal-chave remuneração a título de: **(a)** Benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(b)** Benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); **(c)** Benefícios de rescisão de contrato de trabalho; **(d)** Remuneração baseada em ações.

7. Depósitos judiciais:

	2022	2021
Depósito processuais bloqueados - SEFA/PA	2.202	2.055
Depósitos judiciais e cauções garantias (a)	6.679	2.167
	8.881	**4.222**

(a) Do montante de R$ 6.679 dos "Depósitos judiciais e cauções garantidas", R$ 3.939, se refere a penhora integral do faturamento de venda de energia que a Curuá possui junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (antiga Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA), a favor da empresa MB Service, conforme Nota Explicativa nº 9. Sendo deferido pelo juiz Caramuru da 18ª Vara Cível em 24 de outubro de 2022, ordenando que fosse realizado o depósito do valor da penhora em conta judicial.

8. Imobilizado:

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2022 Líquido
Usinas							
Reservatórios e barragens	4%	216	–	–	–	(59)	157
Edificações e obras civis	4%	129.120	–	–	–	(73.458)	55.662
Máquinas e equipamentos	3%	32.000	859	–	–	(11.804)	21.055
Móveis e utensílios	10%	15	–	–	–	(11)	4
Rede básica							
Edificações e obras civis	4%	27.925	–	–	–	(10.009)	17.916

continua –★

D4Sign 389393dc-9ef2-4409-92a8-f8f90ec59459 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2022 Líquido
Máquinas e equipamentos	3%	1.359	–	–	–	(576)	783
Móveis e utensílios	10%	1	–	–	–	–	1
Administração central							
Aeronaves	10%	658	–	–	–	(571)	87
Embarcações e flutuantes	10%	7	–	–	–	(7)	–
Equipamento segurança	20%	250	–	–	–	(245)	5
Máquinas e equipamentos	10%	3.163	27	–	–	(2.999)	191
Móveis e utensílios	10%	276	–	–	–	(262)	14
Veículos	20%	37	–	–	–	(41)	(4)
Terrenos	–	220	–	–	–	–	220
		195.247	**886**	**–**	**–**	**(100.042)**	**96.091**

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2021 Líquido
Usinas							
Reservatórios e barragens	4%	216	–	–	–	(55)	161
Edificações e obras civis	4%	129.384	74	–	(338)	(68.282)	60.838
Máquinas e equipamentos	3%	30.812	1.188	–	–	(10.833)	21.167
Móveis e utensílios	10%	12	3	–	–	(10)	5
Rede básica							
Edificações e obras civis	4%	27.925	–	–	–	(9.310)	18.615
Máquinas e equipamentos	3%	1.359	–	–	–	(534)	825
Móveis e utensílios	10%	1	–	–	–	–	1
Administração central							
Aeronaves	10%	658	–	–	–	(546)	112
Embarcações e flutuantes	10%	7	–	–	–	(7)	–
Equipamento segurança	20%	217	33	–	–	(239)	11
Máquinas e equipamentos	10%	2.816	347	–	–	(2.959)	204
Móveis e utensílios	10%	267	9	–	–	(250)	26
Veículos	20%	293	–	–	(256)	(34)	3
Terrenos	–	220	–	–	–	–	220
		194.187	**1.654**	**–**	**(594)**	**(93.059)**	**102.188**

9. Contingências:

	2022	2021
Ações cíveis	5.540	5.540
Ações fiscais	2.642	2.642
	8.182	**8.182**

Movimentação	Trabalhista	Cível	Tributária
31 de dezembro de 2021	**–**	**5.540**	**2.642**
(+) Adição	–	–	–
(–) Reversão	–	–	–
(–) Baixa	–	–	–
31 de dezembro de 2022	**–**	**5.540**	**2.642**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. **Contingências passivas não provisionadas:** As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 7.493 em 2022 (em 2021, R$ 6.690), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **Ação judicial MB Service:** A Companhia é réu solidário em processo de ação de cobrança iniciado em 2012, processo nº 0190221-14.2012.8.26.0100, tendo como autor a empresa MB Service, o respectivo trânsito em julgado se deu em 16 de dezembro de 2020. Entretanto com base na suspensão momentânea dos atos satisfativos decidida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, a empresa MB Service entrou com pedido, em 21 de outubro de 2022, requerendo o cumprimento da sentença, solicitando a penhora integralmente dos valores recebidos mensalmente que a Curuá possui junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S/A (antiga Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA), Nota Explicativa nº 7, proporcionalmente até que se alcance o limite do montante da sentença no valor de R$ 67.823.569,53, deferida pelo juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. A administração recorreu da decisão e obteve decisão favorável a suspensão da penhora do seu faturamento junto à Equatorial, conforme Nota Explicativa nº 16. **10. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 2022 é de R$ 9.066 (em 2021, o mesmo valor).

b) Reserva de lucros:

	2022	2021
Reserva legal	1.813	1.813
Reserva de incentivos fiscais	180.590	180.590
Reserva de lucros	48.432	4.734
	230.835	**187.137**

Reserva de incentivos fiscais: Conforme Resolução Normativa nº 427/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a reserva de incentivo fiscal que perfaz em R$ 180.590 em 2022 (em 2021, R$ 180.590), trata-se de reserva de recursos referente a repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, conforme estabelecido pela Resolução Autorizativa nº 322/2005 do Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia tem a obrigatoriedade de constituir o montante de R$ 180.590 de reservas de incentivos fiscais, correspondente ao total de repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC entre setembro de 2008 e setembro de 2015, podendo utilizar o saldo desta reserva para compensar prejuízos, que foi realizado pela Companhia, permanecendo a obrigação de reconstituir o saldo de reserva em resultados subsequentes, conforme disposto na Lei nº 12.973/14 (artigo 30).

11. Receita líquida:

	2022	2021
Fornecimento	69.366	67.489
Outras receitas	130	78
(–) PIS	(451)	(439)
(–) COFINS	(2.081)	(2.024)
	66.964	**65.104**

12. Custos de operação:

	2022	2021
Geração		
Custo de Operação	(4.720)	(5.586)
Operações com energia elétrica	(1.065)	(862)
Depreciação	(6.153)	(6.122)
	(11.938)	**(12.570)**
Transmissão		
Depreciação	(740)	(740)
	(740)	**(740)**
	(12.678)	**(13.310)**

13. Despesas administrativas:

	2022	2021
Pro-labore	(262)	(240)
Salários e encargos	(998)	(972)
Despesas com provisões	(42)	(30)
Despesas judiciais	(55)	(119)
Despesas com depreciação	(89)	(113)
Despesas tributárias	(463)	(584)
Serviços prestados - PJ	(4.828)	(3.199)
Outras despesas	(1.709)	(1.268)
	(8.446)	**(6.525)**

14. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de juros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2022	2021
Caixa equivalentes de caixa	1	63
Contas a receber e outros recebíveis	8.609	5.011
	8.610	**5.074**

Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha. **Contas a receber e outros recebíveis:** A Companhia não identificou necessidade de constituição de perdas esperadas no recebimento de créditos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido. O saldo dos recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era de R$ 7.469. A realização do crédito de contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado apenas a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Centrais Elétricas do Pará (CELPA), a Companhia considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão perdas de créditos esperada em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos sem expectativa de recebimento, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela Administração. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Ativo circulante	8.610	5.074
Passivo circulante	5.659	6.707
Índice de liquidez	**1,52**	**0,76**
Resultado do período (*)	43.698	43.756
Patrimônio líquido	239.901	196.203
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	**0,18**	**0,22**
Resultado do período (*)	43.698	43.756
Ativo total	264.314	252.374
RAT (retorno sobre o ativo total)	**0,17**	**0,17**
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	**1,10**	**1,29**

Aspectos ambientais: As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **15. Seguros (não auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. **16. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. **Ação de cobrança em favor da empresa MB Service em processo contra Curuá e Buriti:** Em 13 de setembro de 2012 a empresa MB Service entrou com um pedido de ação de cobrança contra as empresas Curuá e Buriti sob alegação de inadimplemento de contrato de assessoria de compra e venda de energia elétrica celebrado em 28 de janeiro de 2008. O pedido foi julgado procedente para condenação e pagamento da quantia reclamada na inicial, a ser apurada mediante liquidação por arbitramento, tendo o respectivo trânsito em julgado em 16 de dezembro de 2020. Entretanto com base na suspensão momentânea dos atos satisfativos (realização da sentença) decidida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, a empresa MB Service entrou com outro pedido, em 21 de outubro de 2022, requerendo o cumprimento da sentença como parte solidária, solicitando a penhora integralmente dos valores recebidos mensalmente que a Buriti possui junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S/A (antiga Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA), até o limite proporcional do montante da sentença no valor de R$ 67.823.569,53. Sendo assim, o juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo deferiu o pedido da empresa MB Service, decidindo pela penhora dos créditos, a partir do dia 24 de outubro de 2022 (data da decisão favorável à MB Service). No entanto, as empresas Curuá e Buriti presando pela continuidade operacional das mesmas, solicitaram a reconsideração, em 2ª instância (Superior Tribunal de Justiça), da decisão de penhora da integralidade de seu faturamento, visto que a penhora da receita com a empresa Equatorial acarretaria danos irreversíveis para e empresa, pois advém da sua única fonte de rendimento. Sendo assim, em 24 de abril de 2023, o ministro relator do Supremo Tribunal de Justiça optou pela decisão favorável ao pedido de reconsideração, de modo a suspender até o julgamento do recurso especial os efeitos da penhora realizada nos autos.

Diretoria

Andre Gustavo Azevedo Gomes - Diretor Superintendente
RG 1121565 SSP/DF - CPF 584.838.101-15

Rodrigo Miranda - Diretor Superintendente
RG 27823141-X - SSP/SP - CPF 200.079.408-40

Contador

Devanildo Forato
CRC 185361/O-0S-PA - CPF 097.167.768-96

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Curuá Energia S.A.** Altamira - PA. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Curuá Energia S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecido do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Curuá Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Estas operações poderiam apresentar resultados e reflexos tributários diferentes, caso fossem realizadas com terceiros. Não nos foi possível mensurar os possíveis reflexos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Curuá Energia S.A.,** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** A Companhia é parte solidária em ação de cobrança judicial movida pela empresa MB Service, conforme processo 0190221-14.2012.8.26.0100, para o qual foi proferida decisão judicial de penhora do faturamento das partes solidárias até que se alcance o limite de R$ 67.823.569,53, sendo que deste montante encontra-se registrado como provisão de perda na contabilidade o montante de R$ 2.039.603,81, não sendo registrado a provisão do montante de R$ 3.500.000,00, conforme julgamento dos seus assessores jurídicos, (Nota Explicativa nº 9). A administração ingressou com pedido de suspensão da penhora e obteve suspensão de penhora até o julgamento de ação, conforme Nota Explicativa nº 16. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 27 de julho de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S - PA

José Martins Alves
Contador
CRC 1 MS 9938/O-0-S - PA

D4Sign 389393dc-9ef2-4409-92a8-f8f90ec59459 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

CURUA ENERGIA S A pdf

Código do documento 389393dc-9ef2-4409-92a8-f8f90ec59459

Assinaturas

Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou

Eventos do documento

08 Aug 2023, 08:28:29
Documento 389393dc-9ef2-4409-92a8-f8f90ec59459 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2023-08-08T08:28:29-03:00

08 Aug 2023, 08:28:44
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2023-08-08T08:28:44-03:00

08 Aug 2023, 08:28:56
ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 38778) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2023-08-08T08:28:56-03:00

Hash do documento original
(SHA256):5043aee32b426f90c0dc6d9fa143fd8a137d0050674fd435ea9077039cb1608d
(SHA512):fbb8f9e2b93539cd324e21d49a95af485697e63a80460a7b58120ba4d9336609a5a709a2e3c26eaa728ce75ca38c9b55c88a02ca270c3e922e6006492d8c0173

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign